



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

Preço: €2,5

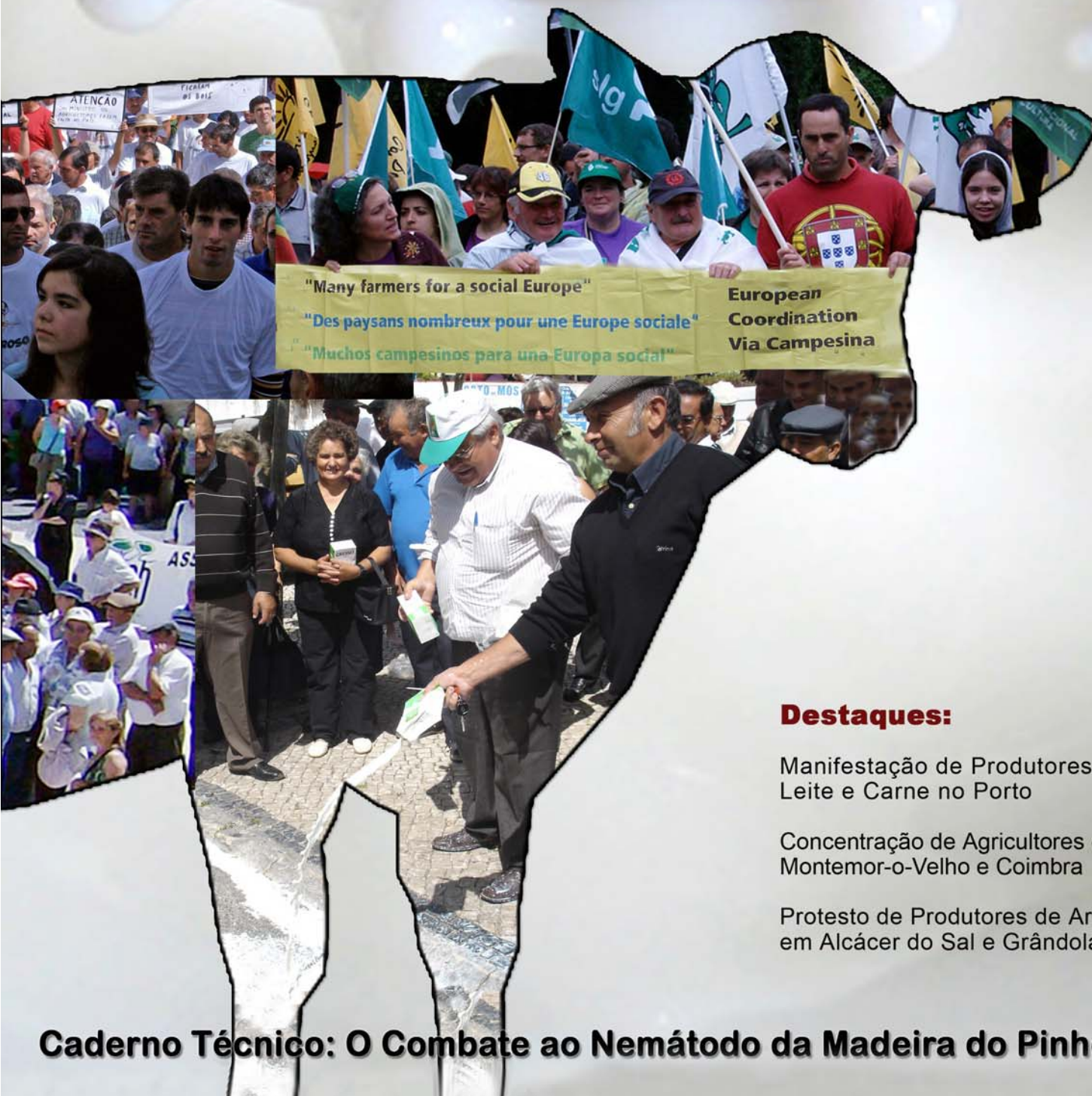
Publicação Quadrimestral

N.º 58

Agosto 2009

Voz da Terra

Leite a Ferver



Destaques:

Manifestação de Produtores de Leite e Carne no Porto

Concentração de Agricultores em Montemor-o-Velho e Coimbra

Protesto de Produtores de Arroz em Alcácer do Sal e Grândola

Caderno Técnico: O Combate ao Nemátodo da Madeira do Pinheiro

SUMÁRIO

FICHA TÉCNICA	2
EDITORIAL	
São necessárias outras e melhores Políticas Agrícolas!	3
DESTAQUES	
Produtores de Leite deslocaram-se à cidade do Porto para reclamar mais apoios	4
Agricultores de duas das principais regiões de produção de arroz de Portugal juntam-se em protesto	5
Concentração de Agricultores em Montemor-o-Velho e Coimbra ...	6
NOTÍCIAS	
Crise do Sector Leiteiro exige medidas excepcionais de apoio por parte do Governo e da União Europeia	7
Decisões do Governo português no âmbito do chamado “Exame de Saúde” da PAC	8
CADERNO TÉCNICO	
O combate ao Nemátodo da Madeira do Pinheiro	9-24
NOTÍCIAS	
Armando Carvalho condecorado pela Câmara de Vila Real	25
AFN faz censura prévia	25
Seminário “Qualidade, Segurança e Soberania Alimentar versus Défice da Balança de Pagamentos”	26
Manifestação de Produtores de Leite e Carne em Porto de Mós	26
Reunião com Produtores de Batata em Vagos	27
Seminário “Análise da Doença do Nemátodo do Pinheiro e Perspectivas Futuras”	27
CNA publica manuais de apoio à exploração agrícola	27
INTERNACIONAL	
Concentração de Produtores de Leite em Estrasburgo	28
CE-VC e aliados lançam Declaração Alimentar Europeia	29
“As Lutas dos Camponeses no Mundo”	29
Via Campesina solidariza-se com povo hondurenho	29
OPINIÃO	
Há dinâmicas que necessitam de rupturas	30
“Competente” ou “incompetente” o (suposto) ministro da Agricultura de Portugal?	31



A CNA está filiada na
**Coordenadora Europeia
 Via Campesina**



CNA

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Edição

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

Morada

Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 COIMBRA

Tel.: 239 708 960 – Fax: 239 715 370

E-mail: cna@cna.pt

URL: www.cna.pt

Delegação em Lisboa

Rua Jardim do Tabaco, 90-1º-Dtº

1100-288 LISBOA

Tel.: 213 867 335 – Fax: 213 867 336

E-mail: cna.lisboa@cna.pt

Delegação em Vila Real

Rua Marechal Teixeira Rebelo,

Prédio dos Quinchosos, Lt. T, Apart. 158

5000-525 VILA REAL

Tel.: 259 348 151 – Fax: 259 348 153

E-mail: cnavreal@sapo.pt

Delegação em Évora

Rua 5 de Outubro, 75 – 7000-854 ÉVORA

Tel.: 266 707 342 – Fax: 266 707 317

E-mail: cna-alentejo@mail.telepac.pt

Delegação em Bruxelas

Place Bara, 18, Entresol – 1070 BRUXELAS

Tel.: 0032 2 5273789 – Fax: 0032 2 5273790

Título

Voz da Terra

Director

João Dinis

Coordenador Executivo

Adélia Vilas Boas

Fotos

Arquivo da CNA / Miguel Cruz / AFN / INRB

Colaboradores neste número

Armando Carvalho

José Miguel Pacheco

Redactor da Separata “Caderno Técnico”

Miguel Amaral

Periodicidade

Quadrimestral

Tiragem

10 000 exemplares

Depósito Legal

N.º 117923/97

Registo de Publicação ICS

123631

Composição, Fotolitos e Impressão

AT-Loja Gráfica, Lda. – Porto

Os textos assinados

são da responsabilidade dos autores

SÃO NECESSÁRIAS OUTRAS E MELHORES POLÍTICAS AGRÍCOLAS !

Após vinte e tal anos de más Políticas Agrícolas Comuns e de opções nacionais igualmente nocivas, a Agricultura e o Mundo Rural Português atravessam a pior crise de todo esse período.

Na prática, sucessivos governos, com a mesma política, adoptaram e aplicaram princípios errados como o da “promoção da competitividade com vista à exportação” e o de que “é mais barato importar que produzir”.

Os maus resultados estão à vista:

– Baixas constantes dos preços à Produção; falta de escoamento da boa Produção Nacional; diminuição dos rendimentos dos Agricultores; ajudas públicas (super)concentradas nos maiores proprietários e na grande agro-indústria; “invasão” do País por produtos agro-alimentares prove-nientes de todo o mundo e de qualidade alimentar mais do que duvidosa; ruína da Agricultura Familiar; abandono dos campos; desertificação humana e ambiental do Mundo Rural.

– Portugal e os Portugueses estão hoje ainda mais dependentes do estrangeiro pois importa-se já na ordem dos 75% das necessidades alimentares. Em consequência, está próximo de três mil milhões de Euros o défice anual – verdadeiramente “suicida” – da balança de pagamentos agro-alimentar.

Ora, perante a situação de profunda crise a que chegámos, impõe-se acabar com as polí-

ticas destrutivas até agora definidas e aplicadas, nomeadamente:

1 – Abandonando a teoria-fraude da “promoção da competitividade” virada para a (super)concentração das produções e para a exportação.

2 – Atribuindo as ajudas públicas com prioridade para critérios de natureza social e ambiental e para a Agricultura Familiar.

3 – Consagrando como estratégicas e prioritárias: – as Explorações Agrícolas Familiares; a Produção Nacional e, nesta, as raças e espécies autóctones; a Floresta de uso múltiplo; os Mercados Locais e Regionais; ou seja, dando toda a prioridade à Produção Nacional para alimentar melhor a nossa População.

4 – Controlando severamente as importações e impedindo as traficâncias e a especulação praticadas pelas grandes cadeias da distribuição e da comercialização agro-alimentares.

Porém, os partidos políticos que têm estado no poder não dão mostras de estar para aí virados tal é a sua submissão face às grandes empresas do “negócio-agrícola” e a outros sectores especulativos.

Assim, sendo verdade que são necessárias outras e melhores Políticas Agrícolas e de Mercados, é igualmente verdade que, para isso, são necessários outros e melhores governantes...

O Executivo da Direcção Nacional da CNA



Produtores de Leite deslocaram-se à cidade do Porto para reclamar mais apoios

Perto de 2.000 Agricultores, na sua maioria Produtores de Leite e Carne, concentraram-se no Porto, no dia 9 de Julho, para reclamar mais apoios para o Sector.

Foi mais uma acção de luta em defesa da Produção Nacional de Leite e Carne, um sector que vive uma situação de crise e que exige medidas urgentes por parte do Governo.

Como tem sido afirmado, a conjugação da baixa do preço do leite e da carne pago aos produtores aliada à subida dos custos de produção está a tornar praticamente impossível a sobrevivência de milhares de explorações pecuárias, a começar desde logo pelas de cariz familiar.

A Concentração teve início às 14h00, na Praça D. João I, onde foi lida e aprovada uma moção com as principais reclamações do Sector e onde intervieram alguns dirigentes das Associações presentes.

Os Agricultores desfilaram depois até ao Governo Civil do Porto, onde foi entregue, por uma delegação, o documento aprovado anteriormente.



À frente da manifestação, para além de um carro de som, seguiu uma faixa onde se reclamavam melhores preços à produção agrícola nacional e o combate à especulação com os preços no consumidor.

Nesta iniciativa participaram agricultores do Entre-Douro e Minho, de Trás-os-Montes e da Beira Litoral.

Entre outras medidas, os Produtores de Leite e Carne reclamaram ao Governo apoios ao escoamento do Leite e da Carne, a preços que cubram os custos de produção, a reposição da Ajuda à Electricidade Verde e o aumento do “subsídio” do Gasóleo, mais ajudas a fundo perdido para o Licenciamento – simplificado – das Explorações Pecuárias, apoios do Estado/Governo para os Produtores poderem pagar a Sanidade Animal e a defesa da Quota Nacional de Leite na União Europeia.



Agricultores de duas das principais regiões de produção de arroz em Portugal juntam-se em protesto

Mais de uma centena de Produtores de Arroz manifestaram-se no dia 15 de Julho contra a baixa de preço no produtor, com uma marcha lenta de tractores e outras máquinas agrícolas, entre Alcácer do Sal e Grândola.

A este protesto promovido pela Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal (AADS), com o apoio da CNA, juntaram-se produtores de arroz da zona do Mondego.

Em carta distribuída aos consumidores, os Agricultores denunciaram que a juntar às políticas agrícolas erradas a grande cadeia de comercialização e distribuição agro-alimentar está a pôr em causa o escoamento e o preço da produção nacional ao importar arroz de duvidosa qualidade, vendido através das marcas brancas.

A AADS afirma que este arroz aparentemente mais barato acaba por ficar mais caro para os consumidores, uma vez que ao seu preço há que somar os avultados custos económicos e sociais para o País, implicados na ruína da produção e da indústria nacional de

arroz que emprega actualmente cerca de 15.000 pessoas.

Acresce ainda, segundo os promotores da iniciativa, que mais tarde, com o desaparecimento da produção nacional de arroz, a grande cadeia de comercialização e distribuição agro-alimentar ficará de mãos livres para impor as suas regras e preços.

Os produtores presentes manifestaram-se pelo direito a produzir, pelo escoamento a preços justos da produção nacional de arroz e contra a asfixia provocada pelas grandes cadeias de distribuição agro-alimentar.

Foi também contestada neste protesto a nova proposta de lei do arrendamento rural, outro factor que põe em causa a sobrevivência de centenas de Agricultores dos concelhos de Alcácer do Sal e de Grândola.

Os produtores esperam agora que o Governo tome as devidas medidas, de forma a defender a produção nacional de arroz, a sobrevivência dos Agricultores e a qualidade alimentar dos Portugueses.





Concentração de Agricultores em Montemor-o-Velho e Coimbra

Mais de quinhentos Agricultores concentraram-se, nos dias 27 e 28 de Julho, em Montemor-o-Velho e Coimbra contra a crise provocada pela baixa de preços e pela falta de escoamento dos produtos, reclamando medidas urgentes de apoio à Produção Nacional.

O protesto, promovido por um grupo de Agricultores do Baixo Mondego e Gândaras, iniciou-se no dia 27 de Julho em Montemor-o-Velho, com uma concentração de mais de 200 tractores e outras máquinas agrícolas que desfilaram em marcha lenta até Coimbra.

Os Agricultores chegaram à Avenida Fernão de Magalhães, onde se situa a Delegação da Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Centro, às 20h00. Com as suas máquinas agrícolas estacionadas numa das principais vias da cidade, foram muitos os que pernoitaram também no local.

No dia 28, pelas 10h00, houve aí mesmo uma primeira concentração a que se juntaram muitos mais Agricultores. Nesta primeira concentração usou da palavra João Dinis, em representação da CNA.

Empunhando diversas faixas e cartazes com as suas principais reclamações e dando voz à sua revolta face à difícil situação em que se encontra a agricultura portuguesa, os Agricultores desfilaram depois pelas ruas da Baixa de Coimbra, em direcção ao Governo Civil, onde foi entregue um documento com as principais reclamações do sector.

Também aqui tiveram lugar diversas intervenções de dirigentes associativos locais.

Entre outras medidas, reclamou-se o aumento do preço à produção, nomeadamente de Leite, Carne, Arroz, Vinho, Batata e Hortícolas; o escoamento da Produção Nacional; o aumento do subsídio ao Gasóleo Agrícola e a reposição da ajuda à Electricidade “Verde”; o combate às traficâncias e à manipulação dos preços no consumo praticadas pelas grandes superfícies comerciais.

E foi no sentido de sensibilizar os consumidores portugueses e as próprias cadeias de distribuição para a importância de consumir

produtos nacionais que os Agricultores rumaram desde o Governo Civil até Santa Clara para fazer compras numa grande superfície comercial. Centenas de produtores entraram no hipermercado e compraram um litro de leite e/ou um quilo de arroz produzidos em Portugal.

Tratou-se de um acto simbólico com o intuito de alertar para o problema da falta de escoamento da produção nacional, que está a condenar os Agricultores Portugueses a uma grave situação de crise. Num gesto nobre de solidariedade, os produtos comprados foram entregues a três instituições de

solidariedade social de Coimbra.

Esta iniciativa contou com o apoio activo da CNA, da APOR – Associação Portuguesa dos Orizicultores e da ADACO – Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra.



Crise do Sector Leiteiro exige medidas excepcionais de apoio por parte do Governo e da União Europeia

O Sector do Leite e Produtos Lácteos afunda-se numa crise sem precedentes em consequência directa das más políticas agrícolas e de mercados definidas e aplicadas em Portugal e na União Europeia. Assim, corre riscos de desaparecer, a curto prazo, a maioria dos Produtores de Leite que ainda restam.

Os preços do Leite continuam a baixar na Produção e andam agora numa base entre os 20 e os 27 cêntimos por litro (e já ameaçam novas baixas).

Simultaneamente, mantêm-se especulativos os preços de Factores de Produção como as Rações,

os Combustíveis e a Electricidade.

As cadeias de grandes superfícies comerciais impõem as suas marcas próprias (marcas brancas) nomeadamente através de Leite importado que algumas vendem ao consumidor a 39 cêntimos o litro, preço que deixa muitas dúvidas sobre a qualidade do Leite e sobre a transparência dos processos comerciais utilizados.

No contexto, o Governo Português não toma as medidas que se exigem e fica-se pelos paliativos e pela costumada propaganda “dos milhões”.

É possível tomar medidas mais eficazes ! Assim o Governo Português e a União Europeia o queiram...

- Atribuindo uma compensação de 5 cêntimos por litro de leite na Produção (o que também consta da “Resolução” aprovada pela Assembleia da República);
- Combatendo a especulação com os preços das Rações e dos Adubos. Repondo a Ajuda à Electricidade “Verde”; aumentando o subsídio ao Gasóleo Agrícola;
- Fiscalizando severamente as Importações e impedindo as negociatas com os preços através das “marcas próprias” das grandes superfícies comerciais;
- Promovendo a compra dos excedentes da Produção Leiteira e de Produtos Lácteos a preços e em quantidades superiores aos das actuais “intervensões” da União Europeia;
- Promovendo uma “retirada” – compra à Produção – de Bezerros até 4 semanas e das Vacas já fora da Produção Leiteira;
- No plano mais geral, anulando o aumento – de 5% até 2013 – das quotas nacionais dos Estados-Membro da UE, aumentos previstos no chamado “Exame de Saúde” da PAC e que muito já estão a contribuir para os problemas de falta de escoamento da Produção Leiteira Nacional.



A CNA está contra as novas baixas de preços à Produção de Leite já anunciadas pelos Compradores.

A CNA declara também que é necessário lançar um amplo movimento com vista à urgente moralização da actuação das direc-

ções da cúpula do Movimento Cooperativo do Sector do Leite e Lacticínios em Portugal, a quem se reclama outras, melhores e mais transparentes opções de gestão no respeito escrupuloso dos princípios fundamentais do cooperativismo.

Comunicado da Direcção Nacional da CNA de 30 de Julho de 2009

**Beba leite português
e acabe com a crise da
agricultura de vez.**



Decisões do Governo português no âmbito do chamado “Exame de Saúde” da PAC



Terminou no dia 31 de Julho o prazo para o Estado Português entregar em Bruxelas as suas opções e decisões relativamente à reforma resultante do ainda recente “exame de saúde da PAC”.

Em Portugal (ao contrário de outros países da UE) a discussão do Ministério da Agricultura com os parceiros foi tardia e descoordenada, o que impossibilitou uma discussão séria, com uma visão de conjunto de todos os sectores e componentes, desta autêntica reforma da PAC, Política Agrícola Comum. Não foi sequer possível juntar e discutir numa só reunião o rumo a tomar para os próximos anos quanto às ajudas directas e desenvolvimento rural.

Mais uma vez o Governo português não vai aplicar a “regionalização das ajudas”, importante mecanismo que possibilitaria uma distribuição mais justa e mais harmoniosa das ajudas públicas, uma distribuição das Ajudas por todas as culturas e contemplando as realidades agrícolas regionais.

Com mais este erro estratégico, o Ministério da Agricultura e o Governo perdem mais

uma oportunidade de corrigir as grandes injustiças desta PAC e das suas políticas concretas.

Em relação ao desligamento das ajudas da produção, o que se verifica é que essa política errada vai continuar, ao contrário do que diz o Ministro da Agricultura. Por exemplo, continua já no próximo ano com o prémio específico à qualidade do trigo duro.

Até 2012, todas as outras ajudas serão desligadas à excepção do Prémio à Vaca Aleitante e de 50% do Prémio aos Ovinos e Caprinos.

Ora, tudo isto acontece mesmo depois de estarem por demais evidentes as consequências nefastas que os anteriores desligamentos provocaram no abandono da produção agrícola.

Governo dá o dito pelo não dito em relação à “Modulação Voluntária”

O Governo dá mais uma vez o dito pelo não dito e remete para a “gaveta” a aplicação de uma “modulação voluntária” das Ajudas Directas em RPU, Regime de Pagamento Único, que consistia num desconto de 10% a aplicar a quem mais recebe e na reutilização destas verbas (cerca 103 milhões de euros “possíveis” até 2013) para o desenvolvimento rural.

Mais uma vez o Ministro da Agricultura, depois de muito propagandear a medida, vergou-se à vontade do “clube dos ricos”, os

maiores recebedores de Ajudas Públicas destinadas à Agricultura.

É pois legítimo concluir-se que, de facto, as grandes bandeiras que este Ministro da Agricultura e este Governo têm divulgado, afinal não passam de mera propaganda.

Afinal, tal como acontecia em 2005, hoje, apenas 3,5% dos agricultores continuam a receber mais de 60% do total das Ajudas Directas, portanto, mais de 350 milhões de Euros/ano.

Um escândalo e um verdadeiro crime económico e social!

O Combate ao Nemátodo da Madeira do Pinheiro

por Miguel Amaral ¹



Introdução

No anterior caderno técnico sobre o nemátodo da madeira do pinheiro, elaborado no âmbito do protocolo entre a Autoridade Florestal Nacional (AFN) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), focámo-nos na caracterização da doença da murchidão dos pinheiros, no seu agente patogénico, o nemátodo da madeira do pinheiro (*Bursaphelenchus xylophilus*), e no seu insecto vector, o longicórnio do pinheiro (*Monochamus galloprovincialis*). É conveniente fazer uma resenha dos efeitos da doença e dos agentes envolvidos para que se possam compreender as razões que justificam a adopção de certas medidas no combate à sua disseminação e até eventual erradicação.

A doença da murchidão dos pinheiros é uma doença severa, com taxas de mortalidade elevadas, que afecta as espécies de coníferas e em particular os pinheiros. O agente responsável por esta enfermidade é o nemátodo da madeira do pinheiro (NMP), um verme microscópico que provoca a morte das árvores afectadas ao promover a interrupção da circulação dos solutos, através das suas actividades de alimentação e reprodução no interior da

árvore. A capacidade de deslocação do nemátodo por si só é muito reduzida sendo incapaz de, pelos seus próprios meios, se transferir de árvore para árvore e assim propagar a infestação de forma independente. Aquando da sua chegada ao nosso país, este agente patogénico de origem exótica encontrou na entomofauna portuguesa uma espécie passível de ser o seu vector de contágio: o longicórnio do pinheiro. Ao que todos os estudos apontam, não existe no território português outro insecto ou agente que possa cumprir um papel alternativo de agente vector da disseminação do nemátodo, embora noutros continentes existam de facto outros insectos com essa capacidade.

Na floresta portuguesa os povoamentos de coníferas com um potencial de risco mais elevado são os constituídos por pinheiro-bravo e pinheiro-silvestre, sendo que o pinheiro-manso, de acordo com os ensaios laboratoriais, apresenta menores riscos. Das amostras analisadas em Portugal até à data, de diversas espécies de coníferas hospedeiras, só as amostras de pinheiro bravo foram identificadas como positivas para a presença de NMP. Tendo em conta a dimensão da área dos povoamentos de pinheiro bravo na floresta portuguesa, a sua



importância económica, o seu valor ambiental e habitats que suportam, é uma evidência a necessidade de se reconhecer o risco que representa para a nossa fileira florestal um cenário onde a propagação desta doença esteja descontrolada.

À vista desta situação, tornou-se assim imperioso a adopção de uma estratégia de combate à propagação desta doença tendo em vista a contenção da sua expansão, a minimização dos estragos por ela provocados e idealmente a possibilidade de conduzir à sua erradicação. É de salientar que esta praga é considerada pela EPPO (European and Mediterranean Plant Protection Organization – Organização Europeia e Mediterrânea de Protecção de Plantas) como sendo uma espécie de quarentena (n.º 158 na lista de espécies de quarentena de categoria A1), estando sujeita a mecanismos de controlo, assim como os seus vectores. Portugal, no quadro da Comunidade Europeia, encontra-se vinculado às

normas comunitárias referentes a esta espécie (Directiva comunitária 77/93/EEC).

O presente caderno pretende fazer uma abordagem aos métodos e às estratégias empregues na persecução do propósito de conter e possivelmente erradicar a ameaça do NMP.

A luta contra o nemátodo da madeira do pinheiro

Até ao dia de hoje ainda não foi desenvolvido nenhum método eficiente de controlo do nemátodo da madeira do pinheiro após a sua entrada dentro do corpo das árvores. Estudos levados a cabo nos Estados Unidos revelaram que injeções de abamectina (nome comercial da milbecina) ao nível do tronco conseguiram prevenir ou reduzir consideravelmente o contágio com o NMP e em casos de árvores já infectadas conseguiu-se minimizar a severidade do ataque. Contudo, e embora estes resultados sejam animadores, os custos muito elevados deste produto e da logística associada à sua aplicação tornam virtualmente impossível o seu uso como prática sanitária à escala dos povoamentos, impedindo que seja empregue como parte de uma estratégia global de contenção da praga. O uso de abamectina embora eficaz não é eficiente e só poderá ser comportável para usos esporádicos de protecção em exemplares de árvores com elevado interesse público, estando de todo fora das possibilidades a sua utilização em florestas de produção. Acrescendo aos custos financeiros não é de desprezar o perigo de desenvolvimento de populações resistentes que acarreta o uso generalizado deste químico que para todos os efeitos é também tóxico para o ambiente.

Devido a estas impossibilidades a estratégia global de contenção não poderá passar por um ataque directo ao nemátodo por si só mas ter-se-á que exercer nos agentes promotores da sua disseminação. Recorde-se que nesta doença estão envolvidos três organismos distintos: o nemá-

todo, o insecto vector e a árvore hospedeira. Não havendo possibilidade de atingir directamente o principal agente desta moléstia pode-se agir ao nível dos meios de difusão do patogénico. Os elementos nos quais há margem de acção e maiores possibilidades de eficácia são concretamente o controlo das populações do insecto vector e de outros agentes de bióticos de declínio, como por exemplo escolitídeos (que enfraquecem as árvores tornando-as mais susceptíveis à infecção com NMP), o controlo da circulação de materiais possivelmente contaminados e a silvicultura preventiva.

Através do conhecimento adquirido sobre a biologia do insecto vector torna-se bastante mais exequível a adopção de acções que interfiram directamente no seu ciclo de vida. Estas medidas passam pela redução dos seus nichos ecológicos, por mecanismos de interferência no seu comportamento reprodutivo e por sistemas de captura.

A luta química, contra o insecto vector e o nemátodo, não se apresenta para já como uma via susceptível de uso em larga escala, uma vez que existem uma série de inconvenientes. A grande dificuldade de se empregarem químicos em larga escala sobre áreas vastas advém das fragilidades dos ecossistemas e do ambiente. É bastante problemático encontrar químicos de espectro estreito que interfiram exclusivamente nos organismos pretendidos, que não sejam tóxicos para outros seres vivos, que tenham um tempo de permanência curto no meio e que não afectem o ambiente. A estes obstáculos somam-se as dificuldades de produção e aplicação dos agentes químicos. Este é, aliás, um dos campos que se pretende desenvolver através investigação científica dado que a directiva comunitária 91/414/CEE interditou ou levantou uma série de restrições ao uso dos fitofármacos que têm uma acção comprovada sobre os agentes desta doença,



devido aos seus efeitos sobre ecos-sistemas e ambiente. Destes produtos fito-farmacêuticos destacam-se o 1,3-dicloro-propeno (bastante prejudicial para organismos aquáticos), o brometo de metilo (muito prejudicial para a camada de Ozono), o metil-isocianato e o fenitrotião. Todos estes fitofármacos, devido aos seus efeitos nocivos, foram retirados do mercado ou o seu uso terá que cessar até data próxima.

Para a EPPO o controlo oficial do *Bursaphelenchus xylophilus* passa pela demarcação de perímetros de contenção onde se vão implementar medidas muito rigorosas para prevenir a dispersão da praga e eventualmente levar à sua erradicação. Os perímetros demarcados incluem as áreas com a presença confirmada do patógeno e ainda uma zona tampão de 20km que envolva completamente as áreas de casos confirmados. Dentro das áreas demarcadas a metodologia aplicada tem

sobretudo o propósito de remover continuamente todo o material vegetal que possa ser um potencial foco de infecção. A ideia por detrás desta estratégia é retirar ao insecto vector todos os possíveis locais de postura de ovos. Recorde-se que o longicórnio do pinheiro, embora tenha visto a sua posição no ecossistema mudar através da sua associação com o nemátodo do pinheiro, continua a ter um comportamento de xilófago secundário, ou seja, está dependente da existência de pinheiros já enfraquecidos para se poder reproduzir. O insecto, no seu ciclo de vida, vai deparar-se com uma política de “terra queimada” que visa retirar-lhe os meios de reprodução. Se à estratégia de supressão de eventuais meios de reprodução se somar a tentativa de captura do insecto durante a sua fase de voo, bem como de outros agentes de declínio, aumentam as hipóteses de sucesso. Por consequência, se se conseguir con-



trolar os números das populações do insecto vector, a disseminação do NMP será também controlada.

Numa floresta como a portuguesa, em que o legado histórico do desordenamento ainda não foi erradicado, apesar dos esforços nesse sentido, é natural que os agentes do declínio dos pinhais ainda façam sentir o seu peso muito para além do que com o devido planeamento poderia ser possível. Uma floresta que anualmente passa por uma época de fogos com as suas consequentes áreas queimadas, uma floresta em que é comum os povoamentos se manterem para além do seu termo de explorabilidade com o consequente envelhecimento, uma floresta que ainda não está planeada numa óptica da sanidade é uma floresta que ainda é um bom pasto para a ocorrência de fenómenos de pragas. Se houve algum mérito na chegada do NMP a Portugal esse foi o de tornar evidente a importância da protecção florestal e de a colocar no seu devido lugar. Sabemos que um pinhal enfraquecido é um pinhal mais favorável à possibilidade de ocorrência de grandes populações de longicórnio do pinheiro, logo agindo sobre todos os agentes de declínio estamos também indirectamente a agir sobre o NMP.

A detecção da presença do NMP

A luta contra o nemátodo da madeira do pinheiro encontra o seu primeiro contratempo logo ao nível da detecção da infecção. O quadro sintomático associado a esta patologia não tem elementos que se distingam de forma visível e particular dos quadros sintomáticos de outras patologias ou inclusivamente de situações de stress ambiental. O amarelecimento da copa, a murchidão das agulhas ou a existência de ramos quebradiços são todos sintomas ambíguos quanto à sua possível causa, podendo ir de uma simples situação de défice hídrico ou caducidade até à própria infecção por NMP. A detecção da redução de produção de resina na árvore,



Foto: Miguel Cruz

num contexto em que a exploração deste recurso é hoje bastante diminuta, passa facilmente despercebida, perdendo-se assim a possibilidade de detecção precoce da infecção. É portanto impossível por mera observação visual comprovar a presença de um foco de NMP.

O desenvolvimento de metodologias expeditas, de aplicação fácil e com resultados em tempo útil é um dos campos prioritários da investigação científica uma vez que hoje em dia acaba por ser impossível a confirmação do diagnóstico sem ser com o recurso a uma análise laboratorial. A importância da aquisição de uma ferramenta de diagnóstico prática é evidente quando sabemos que o sucesso da contenção está na rapidez com que se atacam os focos da infecção.

Actualmente para efeitos de rastreio da incidência do NMP é necessário proceder-se à recolha de amostras de madeira provenientes de árvores com sintomas ou já mortas, com preferência por árvores que apresentem os típicos orifícios circulares indicadores das posturas de longicórnio. As amostras são recolhidas de vários pontos da árvore dado que a dispersão do NMP não é uniforme ao longo do tronco. Em laboratório as amostras são deixadas em tabuleiro com água durante 48 horas. Como o NMP tem mobilidade em meio aquático acaba por sair das amostras ficando na água. Usando a técnica de funil de Baermann é possível depois passar a

água por um crivo onde ficarão retidos eventuais nemátodos. A amostra pode então ser analisada para confirmar a presença do organismo através de dois métodos. Ou se produz um exame microscópico para observação de características morfológicas distintivas que identifiquem as espécies de nemátodos que estejam presentes na amostra ou se recorre a técnicas da biologia molecular para apurar se o material genético presente corresponde à espécie em questão.

O PROLUNP

Quando em 1999, na península de Setúbal, foi detectada pela primeira vez a presença do *Bursaphelenchus xylophilus* tornou-se necessário dar uma resposta a esta ameaça de uma espécie classificada como sendo de quarentena. Surge então o Programa Nacional de Luta contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro (PROLUNP), um programa que une agentes públicos e privados com o propósito de conter o NMP, estabelecer as medidas de controlo tendo em vista a erradicação desse organismo e monitorizar o NMP.

Na fase inicial da sua criação o PROLUNP dividiu o território continental português em 3 zonas: zona afectada, zona tampão e restante território (zona isenta). Esta divisão aconteceu por os casos positivos detectados estarem então circunscritos.



Foto: INRB, I.P.

Hoje através da portaria n.º 553-B/2008, todo o território continental português é considerado zona de restrição uma vez que foram detectados casos positivos na que era então considerada zona isenta de NMP pelo que as medidas determinadas para a anterior zona de restrição passaram a ter validade em todo o território continental.

O mesmo diploma, que obriga ao registo de todos os agentes económicos na Direcção Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DGADR), decidiu criar o Programa Nacional para Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro que estabelece medidas em 4 eixos distintos: I – Medidas fitossanitárias e de apoio à investigação científica; II – Medidas de extensão florestal; III – Medidas de apoio à indústria; IV – Medidas de apoio aos proprietários e produtores florestais.

Medidas fitossanitárias e de apoio à investigação científica

As medidas fitossanitárias e de apoio à investigação científica assentam em quatro áreas de acção: prospecção, erradicação, controlo do vector e investigação.

O objectivo do eixo de prospecção é o de identificar, localizar e analisar as árvores com sintomas de ataques. Para este fim está em curso uma campanha de amostragem de parcelas florestais com base na grelha do inventário florestal nacional, cumprindo um plano anual de monitorização aplicável a todo o território nacional. Para o ano de 2009 tem-se como meta a monitorização de 3300 parcelas, no entanto outros locais identificados com árvores em declínio serão também georreferenciados e prospectados para definição de locais de intervenção nos quais se procederá a um reforço das medidas de controlo. A incidência da prospecção será tanto maior quanto a proximidade de locais afectados, a densidade de coníferas e de incidência de incêndios. Com o somatório de informação obtida pretende-se também prosseguir a elaboração actua-

lizada de sistemas de cartografia das áreas afectadas.

Através do eixo de erradicação que está sobretudo centrado nos locais de intervenção, pretende-se eliminar todos os pinheiros positivamente identificados como afectados pelo NMP através do seu abate e remoção assim como as árvores com

sintomas de declínio nas suas vizinhanças. A portaria n.º 553-B/2008 torna o abate e remoção de exemplares afectados com NMP ou com sintomas de declínio obrigatório e urgente. Os sobrantes resultantes do processo de abate são também considerados material de risco pelo que existe também necessidade de os eliminar,



seja através da queima ou através do estilhaçamento que os reduza a dimensões que os tornem inapropriados para as posturas do longicórnio. Recorde-se que mesmo a madeira sã cortada pode tornar-se alvo de ataque do insecto vector que pode

utilizar o material lenhoso morto como local de postura. A circulação do material lenhoso, sobranes de exploração e estilhas é sujeito a condicionantes no período de Inverno ou de Verão tal como prescrito pela Portaria n.º 103/2006 que define as me-





didadas aplicáveis ao tratamento a dar aos materiais lenhosos originários de coníferas hospedeiras. O cumprimento de todas as determinações relativas ao abate, transporte e tratamento do material lenhoso é aferido por acções de fiscalização que envolvem a Autoridade Florestal Nacional, a Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a Guarda Nacional Republicana e os gabinetes técnicos florestais dos municípios.

A vertente do controlo do vector assenta na implementação de uma rede de armadilhas com o propósito de captura do insecto vector durante o seu período de voo, bem como de outros agentes de declínio, nomeadamente escolítídeos. As armadilhas são de dois tipos distintos usando uma delas como chamariz materiais frescos de sobranes de madeira cujas substâncias atractivas são as presentes no hospedeiro e a outra usando como chamariz atractivos químicos (turpentina e etanol). O longicórnio do pinheiro não possui feromonas sexuais que possam ser usadas

em armadilhas, no entanto visto ser um xilófago secundário, o uso de feromonas de escolítídeos (xilófagos primários) tem-se revelado eficaz.

No campo da investigação científica, unindo nos esforços as entidades nacionais de investigação, pretende-se a criação de uma estratégia de investigação que permita a utilização do conhecimento no combate ao nemátodo. Há uma série de vertentes nos quais assenta a investigação, seja no desenvolvimento de novos meios de luta, no estudo aprofundado da biologia do insecto vector e no seu comportamento face ao meio, no desenvolvimento de metodologias de detecção precoce da patologia, relação de populações microbianas com o declínio dos hospedeiros e até na área do melhoramento genético das populações.

Medidas de extensão florestal

O pacote de medidas de extensão florestal assenta sobretudo na promoção de acções de informação, divulgação e sensi-



bilização destinadas aos agentes envolvidos. Tem uma vertente mais geral destinada à população que visa alertar para a natureza do problema e assim prevenir que práticas habituais das populações possam contribuir para o alastramento do NMP. Uma população informada e colaborante é um agente activo na resolução do problema. No entanto as acções também se destinam especificamente a produtores e organizações florestais pretendendo com isso a adesão às medidas fitossanitárias às quais as suas actividades estão vinculadas. A formação e colaboração com os gabinetes técnicos florestais dos municípios é também um dos objectivos para que estes possam aplicar na sua área de acção o apoio técnico às associações e produtores.

Medidas de apoio à indústria

A componente industrial da fileira florestal portuguesa sentiu na pele as dificul-

dades de deparar-se com a necessidade súbita de ter de se prover com meios técnicos que dêem resposta às imposições relativas ao tratamento e transportes do material lenhoso. Tenha-se em conta que recentemente foi introduzida uma norma portuguesa (NP 4487) que estabelece os procedimentos de tratamento fitossanitário a aplicar a madeiras serradas, paletes e outras embalagens que usem matérias de resinosas. Esta nova norma, embora com procedimentos que em parte já estavam consagrados em legislação anterior, introduziu as normas técnicas para tratamentos térmicos a aplicar ao material lenhoso com o propósito de garantir a morte de nemátodos eventualmente presentes. Já em diplomas precedentes a circulação e uso de material de origem de resinosas tinham ficado restringidas ao cumprimento de tratamentos que garantissem a esterilidade. A Portaria n.º 103/2006 reformulou a obrigatoriedade de aplicação de exigên-

cias relativas ao transporte após abate de matérias, ao armazenamento de material lenhoso, aos tratamentos a aplicar a produtos e a forma de procedimento relativos aos sobrantes. De forma geral o material lenhoso ou é sujeito a tratamentos térmicos ou em alternativa sujeito a fumigações de brometo de metilo (cujas especificações estão presentes no anexo I da Portaria n.º 230-B/2009), tendo-se estabelecido um selo de marcação a atestar o cumprimento destas medidas fitossanitárias que deverá ser aplicado nos produtos tratados. O selo em questão tem um código indicando o país de origem, identificando o operador económico responsável pelo tratamento, o tipo de tratamento aplicado e a indicação que o material é originário de madeira descascada. Lembre-se que a aplicação destes tratamentos, que são exigíveis para a atribuição do passaporte fitossanitário que

permite a possibilidade de circulação no espaço comunitário, é uma obrigatoriedade por decisão comunitária (DC n.º 2008/954/CE). Acresce-se que inclusivamente todo o material de embalagem feito de madeiras susceptíveis precisa de ser novamente exposto a estes tratamentos para ser reutilizado, mesmo que a sua proveniência não seja a do nosso país, ou seja, Portugal passa a ter que garantir o tratamento de todo o material de embalagens que numa fase do seu ciclo comercial passe pelo nosso país.

A aplicação de todas estas medidas naturalmente que se vai reflectir na actividade da indústria e da fileira pelo que nesse âmbito se enquadram as medidas de apoio à indústria. Como orientações definidas estão a identificação das unidades transformadoras de madeira e a avaliação das suas capacidades técnicas



e tecnológicas para mapeamento da sua capacidade de resposta de forma a impedir o colapso do sector; a gestão dos stocks de madeira de forma a garantir a sustentabilidade da indústria; a definição de programas específicos com o objectivo de requalificar as unidades industriais.

Medidas de apoio aos proprietários florestais

Na consciência que o desordenamento florestal é um dos elementos que contribui para o agravar dos problemas fitossanitários, um dos eixos orientadores das medidas dirigidas para os proprietários florestais é precisamente a aposta no ordenamento florestal por via da dinamização dos processos de constituição das zonas de intervenção florestal (ZIF). Através da constituição das ZIF's será possível dirigir os esforços de apoio técnico, formação e informação de forma mais certa, uma vez que a sua constituição estabelece a obrigatoriedade de existência de plano de gestão florestal. A par das questões relativas ao ordenamento no programa de acção nacional de controlo do NMP existe também a intenção de simplificação dos procedimentos relativos à alteração da ocupação florestal e o fomento da realização de acções de erradicação de focos de infecção por parte dos proprietários (Portaria n.º 553-B/2008).

Por outro lado, o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) contempla uma vertente de apoio contra agentes bióticos nocivos nos quais se inclui o NMP que tem vindo a ser adequado à realidade do país no que respeita à disseminação do NMP. Dentro desta vertente, são financiadas as intervenções que promovam a redução de riscos provocados por agentes bióticos. Neste âmbito não é contemplada a aquisição de maquinaria, mas as operações florestais de controlo do agente biótico e a divulgação são-no. Entre as entidades que podem apresentar candidatura a estes apoios centrados na luta contra o

NMP contam-se as entidades gestoras de ZIF, de baldios e organizações de produtores, sendo o apoio na ordem dos 100% em áreas definidas pela Autoridade Florestal Nacional. No presente ano o prazo de apresentação de candidaturas encontra-se aberto até 15 de Outubro, podendo ser consultada a página de internet (<http://www.proder.pt>) para informações relativas aos procedimentos.

Dentro do âmbito do Fundo Florestal Permanente (Portaria n.º 1338/2008) existe ainda a possibilidade de apoios, sob proposta da AFN ou do IFAP, às actividades de combate a agentes bióticos, dirigidos a associações de produtores e órgãos de administração de baldios e as suas associações.

Conclusão

Como foi possível verificar, a luta contra o NMP é uma batalha transversal que se disputa em campos tão abrangentes quanto os da investigação, do ordenamento florestal, do comércio e indústria de madeiras, do controlo do parasita e do seu vector. Sabemos que é uma batalha que não é exclusiva de Portugal e que já outras regiões do globo se deparam com o mesmo problema. Aprendemos com a comunhão de experiências e embora não tendo ainda nenhum país conseguido erradicar o nemátodo uma vez instalado, devemos rejeitar cenários catastrofistas.

É possível reduzir a presença do NMP a uma perturbação constante mas contida do ecossistema florestal tal como já acontece com outras pragas exóticas que numa fase inicial pareciam imparáveis. Conheçamos o essencial do ciclo da doença e como interferir nela. Sabemos como se processa a dispersão e qual o papel que as actividades humanas jogam nela e podemos agir. Hoje é possível enfrentarmos este desafio munidos de ferramentas reais, pelo que a confiança e o empenho que depositarmos na tarefa serão determinantes para garantir que os estragos pro-

vocados por esta praga serão contidos. Sabemos também que à medida que se desenvolver este processo corrigiremos os erros e haverá um aperfeiçoamento constante de todos os eixos da estratégia. A

investigação científica dará os seus frutos, os mecanismos de ordenamento tenderão a incrementar-se e as metodologias sanitárias vão-se aperfeiçoar, a legislação corrigirá erros, o que não quer dizer que





se deva baixar a guarda ou que se encare este desafio de ânimo leve.

Todos os agentes da fileira florestal são chamados a prestar o seu contributo e só com a colaboração activa de todos é que se poderá superar o problema.

Workshop sobre o NMP

Realizou-se em Viseu, a 30 de Junho, nas instalações do Sindicato de Professores da Região Centro, um “workshop” sobre o Nemátodo da Madeira do Pinheiro no âmbito do protocolo estabelecido entre a CNA e a AFN.

Da ordem de trabalhos constou um ponto de informação sobre a situação actual relativa ao NMP, outro sobre a organização e coordenação dos protocolos com a AFN e ainda um de enqua-

dramento do combate ao NMP nos programas institucionais do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP).

A reunião contou com a presença de 30 elementos, de entre produtores, representantes de associações, de organizações de baldios e de gabinetes técnicos florestais.

Em representação da AFN estiveram presentes a Eng.^a Sónia Lopes e o Eng.º Sérgio Correia, coordenador da equipa de defesa da floresta da região centro.

Pela parte dos representantes da AFN foi feita uma resenha sobre a doença e o seu insecto vector, uma apresentação pormenorizada da estratégia que está a ser seguida no campo da luta e dos resultados obtidos. Abordaram-se os mecanismos de combate e as tarefas atribuídas às diversas

entidades e agentes envolvidos no combate à doença.

Procedeu-se em seguida a um período de discussão para que os presentes pudessem apresentar as suas experiências.

A discussão tornou patente a dificuldade dos produtores seguirem os preceitos ditados pelo quadro legal. Levantaram-se questões sobre as dificuldades de gestão dos sobrantes e o cumprimento

simultâneo das restrições às queimas durante a época de fogos.

Preocupações também surgidas foram as relativas ao muito baixo preço da madeira contaminada, condição que pode levar a que os proprietários sejam pouco cooperantes.

Outros assuntos abordados incluíram a questão do ordenamento florestal e a sua associação à temática assim como os apoios que o Estado pode providenciar aos produtores para o combate ao NMP.



Bibliografia

DE GROOT, P. e NOTT N.W. – *Response of Monochamus (Col., Cerambycidae) and some Buprestidae to flight intercept traps* In: Journal of Applied Entomology , 2003, 127. p.548-552.

DE GROOT, P. e NOTT N.W. – *Response of the whitespotted sawyer beetle, Monochamus s. scutellatus, and associated wood-borers to pheromones of some Ips and Dendroctonus bark beetles* In: Journal of Applied Entomology, 2004, 128. p. 483-487.

LEAL, I., ... [et al.] – *Application of a real-time PCR method for detection of pine wood nematode Bursaphelenchus xylophilus, in wood samples from lodgepole pine* In: Nematology, Vol. 9(3), 2007. p. 351-362.

IBEAS, F., ... [et al.] – *An operative kairomonal lure for managing pine sawyer beetle Monochamus galloprovincialis (Coleoptera: Cerymbycidae)* In: Journal of Applied Entomology , 2007, 131(1). p. 13-20.

MOREWOOD, W. D., ... [et al.] – *An improved trap for large wood-boring insects, with special reference to Monochamus scutellatus* In: Canadian Journal of Forestry Research, 2002, 32. p. 519-525.

MOTA, M., ... [et al.] – *Discovery of pine wood nematode in Portugal and Europe* In: Nematology, Vol. 1(7-8), 1999. p. 727-734.

NAVES, Pedro e SOUSA, Edmundo de – *Threshold temperatures and degree-day estimates for development of post-dormancy larvae of Monochamus galloprovincialis (Coleoptera: Cerambycidae)*. J Pest Sci (2009) 82:1-6. doi 10.1007/s10340-008-0210-4.

NAVES, P. M.; SOUSA, E. M. e RODRIGUES J. M. – *Biology of Monochamus galloprovincialis (Coleoptera: Cerambycidae) in the Pine Wilt Disease Affected Zone, Southern Portugal*. In: Silva Lusitana, 2008, Vol. 16(2): 133-148.

NAVES, P.; SOUSA, E. e QUARTAU, J. A. – *Reproductive traits of Monochamus galloprovincialis (Coleoptera: Cerambycidae) under laboratory conditions*. In: Bulletin of Entomological Research (2006) 96, 289-294.

SOUSA, Edmundo; BONIFÁCIO, Luís e NAVES, Pedro – *A Doença do Nemátodo da Madeira do Pinheiro: Situação na Península de Tróia*. Actas do 5.º Congresso Florestal Nacional. Viseu, 2005.

SOUSA, Edmundo; BONIFÁCIO, Luís e NAVES, Pedro – *Current Status on Research and Management of Pine Wilt Disease in Portugal*. Proceedings International Symposium on Pine Wilt Disease, Seoul, Korean Forest Research Institute, Dec 10, 2008. p. 17-28.

SOUSA, Edmundo de ... [et al.] – *Bursaphelenchus xylophilus (Nematoda; Aphelenchoididae) associated with Monochamus galloprovincialis (Coleoptera: Cerambycidae) in Portugal*. In: Nematology, 2001, Vol 3(1), 89-91.

VINCENT, Bruno, ... [et al.] – *Competitive interaction between Bursaphelenchus xylophilus and the closely related species Bursaphelenchus mucronatus*. In: Nematology, Vol. 00(0), 2007. p. 1-12.

1 O autor agradece aos Investigadores do INRB-INIA Rui Silva, Edmundo Sousa e Pedro Reis a disponibilidade e gentileza do acolhimento, as informações prestadas e os elementos bibliográficos facultados.

O texto-base deste “Caderno Técnico” foi sujeito à apreciação prévia da AFN, que lhe introduziu algumas alterações (com as quais a CNA não concorda).



Armando de Carvalho condecorado pela Câmara de Vila Real

No passado dia 20 de Julho, Dia da Cidade de Vila Real, o Dirigente da CNA Armando de Carvalho foi distinguido pela Câmara Municipal com a Medalha de Prata de Mérito Municipal.

Por se tratar de um justo reconhecimento ao trabalho de um Dirigente Nacional da CNA deixamos aqui o texto completo da decisão desta Câmara:

“Natural de Ansiães, concelho de Amarante, onde nasceu em 1953. Habilitado com o Curso Técnico de Formação Electro-Mecânica, fez em seguida diversos cursos de natureza técnico-profissional. Tem-se distinguido pela sua acção na área do associativismo. É desde 2002 funcionário do Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Foi formador em diversas acções nas áreas do associativismo, baldios, legislação e produção agro-florestal. Desde 1977 que tem vindo a impulsionar movimentos sociais



de agricultores regionais e nacionais. Participou em inúmeros congressos, conferências, seminários e colóquios, no país e no estrangeiro.

Desempenha funções directivas em numerosos organismos ligados à agricultura, baldios e mundo rural, nomeadamente as de dirigente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), de vice-presidente da Câmara da Agricultura do Norte e de presidente do Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Em face de todo o exposto, a Câmara Municipal deliberou atribuir, ao Excelentíssimo Senhor Armando da Silva Carvalho a Medalha de Prata de Mérito Municipal.”

AFN faz censura prévia

Publica-se a seguir uma parte de um texto que a CNA pretendia publicar no “Caderno Técnico” sobre o Nemátodo, editado pela CNA no âmbito de um protocolo com a AFN, embora saia em conjunto com a Voz da Terra.

Pois, a AFN entendeu dar indicações para que essa mesma parte do texto fosse “cortada” do Caderno Técnico em causa embora, no caso, o transcrito até correspondesse a uma síntese das opiniões emitidas pelos participantes numa “oficina de trabalho” (*workshop*) promovida pela CNA, também no âmbito do referido protocolo.

Perante o acontecido, é legítimo concluir que a AFN não hesita em aplicar “cortes” no texto que se aproximam bastante de “censura prévia”.

Por isso, aqui se dá nota do assunto enquanto se exprime o protesto perante o sucedido.

A parte “censurada” pela AFN é a seguinte: “Iguamente motivo de preocupação foi o tempo longo entre o período de rastreio e o das visitas dos técnicos da AFN que por vezes leva a que entretanto os exemplares já tenham sido abatidos sem que se saiba o seu destino. Da parte de organizações de produtores florestais surgiram preocupações por lhes estarem a ser atribuídas, publicamente, responsabilizações pelo não cumprimento de protocolos assinados com a AFN quando esses problemas começam logo com as políticas de desmantelamento e esvaziamento dos serviços da própria AFN (Ex-DGRF)”.

Seminário “Qualidade, Segurança e Soberania Alimentar versus Défice da Balança de Pagamentos”

O Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agro-Alimentares realizou no dia 10 de Julho, no Auditório da Ordem dos Engenheiros, em Lisboa, um Seminário sobre o tema “Qualidade, Segurança e Soberania Alimentar *versus* Défice da Balança de Pagamentos”. João Vieira, membro da direcção da CNA, participou neste seminário como orador.



Na sua intervenção, João Vieira diferenciou os conceitos de Soberania Alimentar e Segurança Alimentar, fez uma resenha sobre as sucessivas reformas da PAC e de como elas tiveram resultados catastróficos para a produção nacional e denunciou o crime económico e social que representa a concentração

das ajudas públicas nos ditos competitivos que depois nem sequer têm a obrigatoriedade de produzir.

O orador terminou salientando que Portugal só irá recuperar a sua Soberania e Segurança Alimentares quando:

1 – Considerar como sectores estratégicos as Explorações Agrícolas Familiares, as Produções regionais/tradicionais e os Mercados Locais e Regionais;

2 – Abandonar a teoria-fraude da alegada “promoção da competitividade”;

3 – Atribuir as Ajudas Públicas com mais justiça social;

4 – Defender e promover a Produção Nacional;

5 – Controlar severamente as importações;

6 – Reforçar as dotações do Orçamento de Estado destinadas à Agricultura;

7 – Defender, na UE e em todo o lado, o direito a produzir em Portugal para alimentar melhor os Portugueses e toda a População.

Manifestação de produtores de leite e carne em Porto de Mós

Dezenas de Produtores de Leite e Carne da região de Leiria manifestaram-se no dia 17 de Julho em Porto de Mós, junto ao mercado semanal da vila.

Esta iniciativa, promovida pela FADL – Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria, teve como finalidade chamar a atenção dos consumidores e dos órgãos de soberania para as grandes dificuldades dos Produtores de Leite e Carne da região, ameaçados pelos produtos importados que chegam aos supermercados a preços mais baixos e ameaçam a sobrevivência da Produção Nacional.

Num gesto simbólico de apelo ao consumo de produtos nacionais, os Agricultores distri-



buíram vários pacotes de leite português pela população e destruíram leite de origem estrangeira.

Foi também entregue um documento na Câmara Municipal de Porto de Mós com as principais reclamações dos Produtores.



Reunião com produtores de batata em Vagos

A ALDA – Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro promoveu uma reunião com os Produtores de Batata no dia 25 de Julho, no salão do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vagos.

Entre outros assuntos, foi discutido o preço pago ao produtor (7,5 cêntimos/Kg/Batata), as dificuldades de escoamento e perspectivas de futuro para o sector. Pretendeu-se com esta importante reunião traçar caminhos e apontar directrizes/soluções para o sector.

Seminário “Análise da Doença do Nemátodo do Pinheiro e Perspectivas Futuras”

O Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro, em parceria com a BALADI – Federação Nacional dos Baldios, realizou um Seminário Distrital subordinado ao tema “Análise da Doença do Nemátodo do Pinheiro e Perspectivas Futuras”.

O seminário decorreu no dia 23 de Julho, em Montalegre, e teve como principal objectivo sensibilizar a comunidade baldia e compartes, proprietários e equipas de sapadores florestais para uma melhor conjugação de esforços no combate à doença do Nemátodo.



Este Seminário realizou-se no âmbito da assinatura do protocolo celebrado entre a BALADI, AFN e a Secretaria de Estado das Florestas.

CNA publica manuais de apoio à exploração agrícola

A CNA publicou no passado mês de Junho um manual de apoio à exploração agrícola elaborado pelo seu Gabinete Técnico.

Esta edição com produção apoiada pelo Programa AGRO – Medida 7 – tem os seguintes volumes:

Volume 1 – Boas Condições Agrícolas e Ambientais, Ambiente e Saúde Pública;

Volume 2 – Saúde e Bem-Estar Animal;

Volume 3 – Higiene e Segurança no Trabalho Agrícola;

Volume 4 – Aplicação na Exploração Agrícola e Estudos de Caso.

Com esta publicação pretende-se colmatar as necessidades encontradas ao nível das explorações agrícolas nas vertentes acima referidas, servindo como um instrumento de trabalho para os técnicos, nomeadamente os que trabalham com o aconselhamento agrícola, com vista ao cumprimento das regras inerentes ao exercício da actividade agrícola por parte dos agentes do sector.

O manual pode ser consultado por todos no site da CNA em:

<http://www.cna.pt/arquivomanuais.htm>



Concentração de Produtores de Leite em Estrasburgo

A Coordenadora Europeia – Via Campesina (CE-VC), da qual a CNA é membro, juntamente com a EMB – European Milk Board, realizaram uma mobilização comum, em Estrasburgo, no dia 14 de Julho, durante a primeira sessão do novo Parlamento Europeu.

Apesar da distância, a CNA marcou presença nesta iniciativa com uma delegação de 7 pessoas, comparência sempre valorizada ao longo de toda a iniciativa pela própria organização.

A Delegação da CNA viajou para Estrasburgo de autocarro juntamente com as delegações da Galiza, Astúrias, Cantábria e País Basco.



Para além dos produtores destas regiões, estiveram produtores de outros pontos de Espanha, França, Bélgica, Alemanha, Áustria e Itália.

José Miguel, produtor de leite da região do Barroso (Trás-os-Montes), encabeçou a manifestação juntamente com os representantes das outras organizações presentes.

Para além do encontro que ocorreu entre os diferentes grupos políticos do Parlamento Europeu e a delegação da CE-VC e da EMB, a CNA encontrou-se com vários Eurodeputados Portugueses (Ilda Figueiredo e João Ferreira do PCP e Capoulas Santos e Luís Paulo Alves do PS) expondo-lhes



directamente os motivos e as propostas por detrás da iniciativa.

Nesta manifestação estiveram presentes mais de dois mil produtores de leite com mais de duzentos tractores com as seguintes reivindicações comuns:

- **Reduzir a produção:** Suprimir o aumento da quota de 1% este ano e eliminar o aumento previsto para os próximos anos. Promover uma discussão sobre a forma como se pode reduzir ainda mais as quotas leiteiras adequando-a às necessidades Europeias. As existências actuais poderiam ser incorporadas nos alimentos para animais;
- **Manter o controlo público da produção:** A UE deve anular a decisão de 2003 de acabar com as quotas leiteiras em 2015;
- **Garantir um rendimento adequado** para todos os produtores de leite, através do controlo da produção e dum preço mínimo de compra por parte indústria leiteira;
- **Eliminar os subsídios à exportação:** Colocar fim à obrigação de importar produtos lácteos. Negociar o dever de parar com as ajudas às exportações pelo direito à protecção das importações a baixo preço;
- Promover uma **produção leiteira mais autónoma** dos factores de produção, nomeadamente de rações;
- Desenvolver uma **nova política leiteira e uma nova PAC pós 2013** onde o modelo ditado pela OMC seja substituído por um modelo assente no conceito da soberania alimentar, algo indispensável para responder aos desafios da actual crise.



CE-VC e aliados lançam Declaração Alimentar Europeia

Neste momento, ao nível da União Europeia, já se está a discutir a Política Agrícola Comum – PAC para o pós-2013, nomeadamente o futuro dos pagamentos directos.

A Coordenadora Europeia – Via Campesina (CE-VC), junto com um conjunto de organizações aliadas (Sindicatos, Associações de Ambiente e Consumidores, etc.), está a elaborar uma declaração que propõe uma PAC alternativa à actual.

Esta declaração terá por título “Por uma Política Agrícola e Alimentar Comum saudável, sustentável, justa e solidária”.



Este documento não visa entrar no campo dos instrumentos propriamente ditos mas sim afirmar os princípios que devem estar por detrás de uma nova Política Agrícola e Alimentar na União Europeia.

Esta declaração, que se espera que possa marcar este debate de forma significativa, destina-se a ser lançada em diferentes países a nível europeu, com um máximo de assinaturas, no próximo dia 10 de Setembro.



“As Lutas dos Camponeses no Mundo”

A EHNE (Sindicato Agrário do País Basco) publicou recentemente uma brochura com o título “As Lutas dos Camponeses no Mundo”.

Esta edição tem como objectivo dar a conhecer a trajectória, objectivos e desafios do Movimento Camponês Internacional - Via Campesina, enquanto referência fundamental para o desenvolvimento de um modelo de agricultura e de sociedade baseado na Soberania Alimentar e na Solidariedade.

Esta publicação pode ser consultada em:

http://www.cna.pt/b_viacampesina_lutascamponesesmundo.htm

Via Campesina solidariza-se com o povo hondurenho

A Via Campesina solidarizou-se com o Povo Hondurenho e com as organizações da Via Campesina, repudiando o golpe de Estado levado a cabo pelas forças armadas das Honduras que depôs o Presidente Zelaya e bloqueou deste modo as aspirações democráticas do povo Hondurenho.

Em comunicado a Via Campesina internacional reclama o restabelecimento da ordem constitucional, que o exército não reprima as pessoas que nas Honduras exigem a devolução da democracia, o respeito pela integridade física dos líderes sociais, incluindo Rafael Alegria, dirigente internacional da Vía Campesina, o retorno do Presidente Zelaya às suas funções nas Honduras e que as autoridades garantam o direito ao pleno exercício democrático, desde a consulta popular a todas as outras formas de livre expressão.

Entretanto também a CNA, em Carta Aberta, se solidarizou com o Povo Hondurenho e reclamou a reposição da legalidade democrática nas Honduras, tendo-se aliado ao Dia de Acção Global pelas Honduras, promovido pela Via Campesina Internacional no passado dia 11 de Agosto.





Há dinâmicas que necessitam de rupturas

Por Armando Carvalho

Estamos em pleno período de estio com elevadas temperaturas térmicas, com as habituais imagens dantescas dos braseiros das nossas serras baldias, públicas e privadas, percorridas por inúmeros incêndios, com as indubitáveis polémicas sobre os milhares de hectares ardidos e não contabilizados, ou ainda, as estratégias do dispositivo no terreno, não obstante os já razoáveis meios disponíveis e mobilizáveis de combate. Todavia, esta é uma matéria que continua a merecer fortes críticas por parte de várias entidades e em particular das comunidades locais que vêem os seus patrimónios a serem dizimados, com uma sensação de impotência e insegurança perante os incêndios florestais.

Este é um sector que após o fatídico ano de 2003 – com o seu cortejo de prejuízos patrimoniais, ambientais e vidas humanas – obrigou os Governos a reflectirem sobre os barris de pólvora que todos os anos se produzem na floresta portuguesa e no mundo rural. Foi a partir dessa altura que assistimos a uma miríade de legislação florestal sectorial e estrutural que se acentuou com o actual Governo, verdadeiramente impossível de ser assimilada pelo movimento associativo, comunidades locais e autarquias, dado o seu acervo legislativo por um lado e, por outro, os insuficientes espaços estabelecidos de consulta comprimidos pelos impiedosos calendários de discussão pública. Foi neste emaranhado quadro legislativo que se promulgaram vários diplomas de conteúdo discutível, transferências de atribuições e competências para as Autarquias sem os respectivos meios financeiros, Programa Nacional de Prevenção Estrutural, PROFs, PGFs, PEIFs, PUBs, ZIFs, uma nova Lei Orgânica e mais recentemente o Código Florestal, etc.

Todavia, o movimento nacional dos Baldios, através da sua estrutura associativa BALADI, para além de propostas alternativas que tem formulado sobre tais matérias, mesmo discordando na forma e conteúdo de certas decisões, tem assumido uma atitude construtiva para que algumas das medidas de carácter positivo sejam cumpridas. Neste contexto, a gestão das áreas comunitárias tem merecido uma maior preocupação, dado o continuado posicionamento de apatia de gestão por parte dos co-gestores institucionais.

Temos formulado críticas aos fortes constrangimentos relativos à gestão florestal, com que a

entidade co-gestora tem vindo a identificar os seus actos de gestão nas áreas baldias. Lamentavelmente, têm sido mais preponderantes os factores externos, tais como o fogo, as pragas e as condições climáticas adversas, ao invés de uma atitude de gestão acompanhada de uma intervenção técnica. É pois neste quadro que devemos relevar o quão foi importante o enorme trabalho desenvolvido pelas associações da BALADI no quadro do protocolo celebrado com a Secretaria de Estado das Florestas, ao apresentar a elaboração de PUBs em cerca de 300 unidades de baldios numa área global de 180 mil hectares, possibilitando, para além destes, mais 100 PUBs e cerca de 50 mil hectares a outras associações que o necessitaram, proporcionando desta forma que o maior número de unidades do baldio tenham o seu PUB. É justo afirmar que com esta postura crítica, mas também de proposta, a BALADI acaba de permitir que mais de 50% das áreas baldias de Portugal tenham os seus PUBs aprovados e possam aproveitar os magros apoios com que o actual Governo os veio contemplar no ProDeR. Trata-se de um momento único em que poderemos dizer que fica cumprida uma das muitas reclamações do movimento dos baldios ao longo destes 33 anos da gestão democrática dos baldios. Finalmente um alerta para que os PUBs não sejam confundidos com mini-PROFs ou com quaisquer outros planos, já que os PUBs têm uma função muito específica no quadro de um verdadeiro ordenamento florestal que obviamente obrigará a entidade co-gestora, e as próprias comunidades locais, a terem uma maior preocupação na promoção e fomento da atitude de gestão.





“Competente” ou “incompetente” o (suposto) ministro da Agricultura de Portugal ?

Por João Dinis

O actual (e suposto) ministro da Agricultura é o que é, vale o que vale... Entre outras coisas, poderemos considerá-lo um eurocrata formado pelo sistema vigente (ao serviço das multinacionais do “agro-negócio”...) e com um tirocínio de muitos anos nas “estufas” de Bruxelas. Entretanto, por cá, apurou o sentido de propagandista, aliás bem dentro da escola do actual (des)governo...

Já com quatro anos e meio como (des)governante, mesmo assim, o (suposto) ministro da Agricultura ainda não “conseguiu” interpretar o Portugal profundo e as necessidades das suas Gentes. Mas também como poderá ele percebê-lo, ao nosso Portugal profundo, se ele não quer nem vê-lo nem ouvi-lo? Sim, o actual (e suposto) ministro da Agricultura continua, teimosa e irresponsavelmente, a negar a grave crise que vivem a Agricultura e o Mundo Rural Português. E o mesmo faz o (des)governo...

Porém, cá fora, os Agricultores sofrem para sobreviver.

Mas, atenção: – não se rotule o homem como “incompetente” antes de se definir os critérios para uma tal avaliação... Aliás, ele pode mesmo é ser considerado como um dos mais “competentes” ministros a aplicar os grandes objectivos políticos e programáticos do actual (des)governo. A saber :

– Foi o primeiro e mais “eficaz” ministro a aplicar o PRACE e a atirar para as prateleiras e para desocupação com mais de 4 000 funcionários públicos do Ministério da Agricultura (e isto sem se preocupar com as graves consequências da medida quer para os Funcionários atingidos directamente quer para a Lavoura...);

– Foi dos ministros que mais contribuiu para a redução do défice do Orçamento de Estado, a pontos do actual (des)governo, após mais de quatro anos de (des)governança (fez quatro anos em Março), não ter pago um único euro por novos projectos de investimento da iniciativa dos Agricultores e da Lavoura (o que signi-

fica um recorde lamentável e mais dificuldades para os Agricultores...);

– Continua a afirmar, contra todas as evidências, que a Agricultura não está em crise e que os Agricultores nunca receberam tanto dinheiro como ultimamente (assim procurando voltar a opinião pública contra os Agricultores);

– Proclama que o Sector Leiteiro Nacional é “competitivo” enquanto permite a enxurrada de importações de leite – sobretudo através das “marcas brancas” das grandes superfícies comerciais – que estão já a ameaçar “de morte” a Produção Leiteira Nacional e a própria Indústria Nacional de Leite e Lacticínios (mas não toma as medidas que a crise da fileira exige serem tomadas);

– De repente, após tantos exemplos de atraso nos pagamentos de todos os tipos de Ajudas da PAC, este (suposto) ministro da Agricultura e este (des)governo aí estão na propaganda eleitoralista utilizando os dinheiros públicos ao anteciparem para a primeira quinzena de Setembro (as eleições são a 27...) – como anunciam aos Agricultores via SMS – o pagamento de algumas dessas ajudas da PAC que normalmente seriam pagas em Dezembro...

Portanto, o (suposto) ministro da Agricultura de Portugal é “competente” a fazer propaganda e a executar as políticas decretadas pelo seu (des)governo e pela União Europeia; e é objectivamente incompetente (ou nem sequer se interessa...) quando se trata de definir e aplicar políticas que de facto apoiem a Agricultura, o Mundo Rural Português e os nossos Agricultores. E, afinal, o mesmo é válido para o (des)governo no seu todo.

Por isso, também poderemos considerar como “incompetentes”, na avaliação que do (suposto) ministro da Agricultura fazem, certos políticos “sazonais” e um ou outro comentador televisivo (dito “de referência”)...

Consuma Local Beba Leite Nacional

